

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG2A1-I

Durante os séculos XXI a XVII a.C., já era possível encontrar indícios do direito de acesso à justiça no Código de Hamurabi, cujas leis foram embasadas na célebre frase “Olho por olho, dente por dente”, da Lei de Talião. O código definia que o interessado poderia ser ouvido pelo soberano, que, por sua vez, teria o poder de decisão.

Em nível global, o acesso à justiça foi ampliado de forma gradual, juntamente com as transformações sociais que ocorreram durante a história da humanidade.

Com a derrota de Hitler em 1945 e, portanto, o fim da Segunda Guerra Mundial, da qual o Brasil participou contra as ditaduras nazifascistas — devido à entrada dos Estados Unidos da América no conflito, liderando e coordenando os esforços de guerra dos países do Eixo dos Aliados —, o mundo foi tomado pelas ideias democráticas, e o regime autoritário do Estado Novo (iniciado em 1937) já não se podia manter.

Foi somente com a Constituição de 1946 que o acesso à justiça foi materializado, prevendo-se que a lei não poderia excluir do Poder Judiciário qualquer violação de direitos individuais. Esse foi um grande avanço da legislação brasileira, mas não durou muito, já que, quase vinte anos depois, durante o regime militar (1964-1985), o acesso ao Poder Judiciário foi bastante limitado. Nos anos de 1968 e 1969, com a emissão dos atos institucionais, as condutas praticadas por membros do governo federal foram excluídas da apreciação judicial.

A partir de 1970, o Brasil começou a caminhar para a consagração efetiva do direito de acesso à justiça, com a intensificação da luta dos movimentos sociais por igualdade social, cidadania plena, democracia, efetivação de direitos fundamentais e sociais e efetividade da justiça.

Em 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal, que materializou expressamente o acesso à justiça em seu artigo 5.º, inciso XXXV, como direito fundamental de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Nesse sentido, o legislador constituinte não só concedeu a possibilidade de acesso aos tribunais, como também estabeleceu a criação de mecanismos adequados para garanti-la e efetivá-la. O acesso à justiça deve ser compreendido, assim, como o acesso obtido tanto pelos meios alternativos de solução de conflitos de interesses quanto pela via jurisdicional e das políticas públicas, de forma tempestiva, adequada e eficiente, a toda e qualquer pessoa. É a pacificação social com a realização do escopo da justiça.

Internet: <www.politize.com.br> (com adaptações).

Questão 1

O tema central do texto CG2A1-I é

- Ⓐ a ampliação gradual do Poder Judiciário desde a previsão constitucional de 1946.
- Ⓑ a definição expressa do princípio do acesso à justiça no Código de Hamurabi.
- Ⓒ o estabelecimento de mecanismos que garantem o poder do governante.
- Ⓓ a evolução histórica do direito de acesso à justiça.
- Ⓔ o embasamento do princípio de acesso à justiça na Lei de Talião.

Questão 2

Infere-se do texto CG2A1-I que o acesso à justiça

- Ⓐ é concedido aos brasileiros natos e, com restrições, aos estrangeiros de qualquer nacionalidade naturalizados brasileiros, ainda que não residam no Brasil.
- Ⓑ é concedido ao cidadão brasileiro por decisão do Poder Judiciário.
- Ⓒ é definido na Constituição Federal de 1988, mas não tem efetividade no mundo real.
- Ⓓ representa a prerrogativa exclusiva dos brasileiros de buscar a tutela de seus direitos por meio da atuação de um magistrado.
- Ⓔ constitui, no Brasil, o direito de ter à disposição o meio constitucionalmente previsto para pleitear e alcançar a tutela jurisdicional do Estado.

Questão 3

No texto CG2A1-I, predomina a tipologia textual

- Ⓐ descritiva.
- Ⓑ argumentativa.
- Ⓒ expositiva.
- Ⓓ narrativa.
- Ⓔ injuntiva.

Questão 4

Cada uma das próximas opções apresenta uma proposta de reescrita para o primeiro período do primeiro parágrafo do texto CG2A1-I. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a coerência e a correção gramatical do texto.

- Ⓐ Já nos séculos XVII a XXI a.C., era possível encontrar vestígios da existência do direito de acesso à justiça no Código de Hamurabi, em cujas leis tiveram inspiração a frase da Lei de Talião “Olho por olho, dente por dente”.
- Ⓑ Sinais do direito de acesso à justiça já podiam ser encontrados no decorrer dos séculos XXI a XVII a.C., no Código de Hamurabi, cujas leis eram fundamentadas na seguinte famosa frase da Lei de Talião: “Olho por olho, dente por dente”.
- Ⓒ Dentre os séculos XVII a XXI a.C., se encontram indicação do acesso ao direito de justiça na Lei de Talião (“Olho por olho dente por dente”), presente no Código de Hamurabi.
- Ⓓ No período entre os séculos XXI a XVII, já existia indícios do direito de acesso à justiça na Lei de Talião, chamada de Código de Hamurabi, pela máxima “Olho por olho, dente por dente”.
- Ⓔ Nos séculos XXI a XVII a.C., era possível já encontrar traços da garantia do direito de acesso a justiça nas leis do Código de Hamurabi, onde foram embasadas na famosa sentença “Olho por olho, dente por dente” da Lei de Talião.

Questão 5

A correção gramatical e os sentidos do texto CG2A1-I seriam preservados com a substituição de

- I “que ocorreram” (segundo parágrafo) por **sucedidas**.
- II “portanto” (terceiro parágrafo) por **contanto**.
- III “da qual” (terceiro parágrafo) por **cuja**.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 6

No primeiro parágrafo do texto CG2A1-I, o elemento “que”, em “que, por sua vez, teria o poder de decisão”, refere-se a

- A** “Talião”.
- B** “Hamurabi”.
- C** “O código”.
- D** “soberano”.
- E** “o interessado”.

Questão 7

A correção gramatical do texto CG2A1-I seria preservada se

- A** fosse inserida uma vírgula logo após “Constituição de 1946” (quarto parágrafo).
- B** fosse inserido o sinal de dois-pontos logo após a forma verbal “definia” (primeiro parágrafo).
- C** fosse inserida uma vírgula logo após a palavra “ampliado” (segundo parágrafo).
- D** fossem suprimidos os travessões empregados no terceiro parágrafo.
- E** fosse suprimida a vírgula empregada logo após “artigo 5.º” (sexto parágrafo).

Questão 8

No terceiro parágrafo do texto CG2A1-I, o trecho entre travessões informa o motivo de

- A** o Brasil ter participado da Segunda Guerra Mundial contra as ditaduras nazifascistas.
- B** Hitler ter sido derrotado em 1945.
- C** a Segunda Guerra Mundial ter chegado ao fim.
- D** o regime autoritário do Estado Novo ter sucumbido.
- E** o mundo ter sido tomado pelas ideias democráticas.

Questão 9

À luz da Constituição do Estado de Rondônia, compete ao estado legislar, de forma concorrente, respeitadas as normas gerais da União, sobre

- A** o cumprimento desta Constituição.
- B** as custas dos serviços forenses.
- C** a criação dos seus serviços.
- D** a administração dos seus serviços.
- E** a organização dos seus serviços.

Questão 10

De acordo com a Lei Complementar n.º 117/1994, que criou a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, integra o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia como membro eleito

- A** um defensor público do estado de 1.ª entrância.
- B** o defensor público-geral.
- C** o subdefensor público-geral.
- D** o ouvidor-geral da Defensoria Pública.
- E** o corregedor-geral da Defensoria Pública.

Questão 11

De acordo com a Lei Complementar n.º 703/2013, que dispõe sobre a criação do quadro de pessoal administrativo da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, ao entrar em exercício, o(a) servidor(a) nomeado(a) para cargo de provimento efetivo ficará sujeito(a) a estágio probatório pelo período de

- A** três anos, o qual considera todos os períodos de licenças e demais afastamentos.
- B** três anos, o qual desconsidera os períodos de licenças e demais afastamentos, inclusive os previstos constitucionalmente.
- C** dois anos, o qual desconsidera os períodos de licenças e demais afastamentos, exceto quanto aos previstos constitucionalmente.
- D** três anos, o qual desconsidera os períodos de licenças e demais afastamentos, exceto quanto aos previstos constitucionalmente.
- E** dois anos, o qual considera todos os períodos de licenças e demais afastamentos.

Questão 12

Com base na Lei Complementar n.º 68/1992, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civil do Estado de Rondônia, são requisitos básicos para a investidura em cargo público

- A** o gozo dos direitos políticos e idade mínima de dezoito anos.
- B** a nacionalidade brasileira e aptidão física e mental declarada pela pessoa e sem a necessidade de comprovação em inspeção médica.
- C** a nacionalidade brasileira e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- D** o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e idade mínima de dezoito anos.
- E** aptidão física e mental declarada pela pessoa e sem a necessidade de comprovação em inspeção médica e o gozo dos direitos políticos.

Questão 13

Segundo o boletim informativo da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), o valor bruto da produção agropecuária (VBP) de Rondônia alcançou, em 2020, mais de R\$ 15,2 bilhões, com crescimento médio de 7% ao ano, ultrapassando a meta do plano estratégico do governo de alcançar, até o ano de 2023, o valor de R\$ 14 bilhões no VBP. Nesse contexto, o recorde de que trata o boletim refere-se, principalmente, à produção de

- A** milho, algodão, gado de corte e gado de leite.
- B** soja, milho, cana-de-açúcar e pecuária leiteira.
- C** café, laranja, amendoim e pecuária bovina.
- D** milho, soja, mandioca e cacau.
- E** soja, milho, café e pecuária bovina.

Questão 14

Considerando os números apresentados no contorno fronteiro do estado de Rondônia, a hidrografia e os limites geográficos do estado, assinale a opção correta.

- A** O número 1 refere-se ao noroeste do estado, onde, na direção nordeste, está o curso do rio Madeira.
- B** O número 5 mostra a junção entre os rios Ji-Paraná e Madeira, cujos cursos são direcionados para o sul do estado.
- C** O número 2 marca o curso do rio Guaporé, utilizado para a navegação, a nordeste do estado.
- D** O número 3 aponta para o sudoeste do estado, onde se situa o rio Madeira, o mais navegável e importante de Rondônia.
- E** O número 4 apresenta o limite estatal onde se localiza parte do curso do rio Mamoré, na fronteira com a Bolívia.

Questão 15

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em meados de 2021, Rondônia passa de 1,8 milhão de habitantes. A população de Porto Velho representa 30,2% de todos os moradores do estado. Quanto à ocupação da população do estado, é correto afirmar que

- A** o nível de escolaridade é alto, tanto é que a maior parte da população adulta tem ensino superior completo.
- B** a maior parte da população trabalhadora concentra-se nas atividades da agricultura familiar e do agronegócio.
- C** a administração pública e os serviços empregam a maior parte da população economicamente ativa.
- D** o setor secundário da economia, que envolve as indústrias de transformação e a construção civil, domina o emprego.
- E** as classes de renda A e B correspondem à metade da população urbana, em decorrência do poder econômico do agronegócio.

Questão 16

Assinale a opção que corresponde ao personagem importante nos primórdios da história do território do estado de Rondônia que comandou a demarcação de fronteiras na região e determinou a construção do forte de Presídio de Nossa Senhora da Conceição.

- A** Padre José de Anchieta
- B** Padre Manuel da Nóbrega
- C** Percival Farquhar
- D** Dom Rolim de Moura
- E** Mal. Cândido Rondon

Questão 17

Em 1494, importante tratado foi assinado na Península Ibérica, dividindo o Novo Mundo, isto é, a recém descoberta América, entre duas potências europeias. Pelo acordo, quase toda a Amazônia, inclusive o atual estado de Rondônia, pertenceria

- A** à Holanda.
- B** a Portugal.
- C** à Espanha.
- D** à França.
- E** à Inglaterra.

Questão 18

Etapas diversas marcaram o processo de ocupação, povoamento e desenvolvimento de Rondônia. Relativamente às características e incidências desse processo, assinale a opção correta.

- A** Diferentemente do ocorrido nas demais áreas do Brasil Colônia, Rondônia desconheceu a presença de missões religiosas na ocupação de seu território.
- B** Importante no conjunto da Amazônia, em determinadas épocas, a exploração da borracha praticamente inexistiu no território que viria a ser o atual estado de Rondônia.
- C** Os bandeirantes paulistas penetraram no interior da Colônia em busca de metais preciosos, mas não chegaram à Amazônia (inclusive Rondônia) devido aos obstáculos naturais da região.
- D** O pleno êxito da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, da tranquila construção ao seu uso permanente, foi decisivo para assegurar o desenvolvimento de Rondônia.
- E** A atividade garimpeira, com o início da exploração da cassiterita, incrementou a expansão demográfica do então território federal que se transformaria no estado de Rondônia.

Espaço livre